



A nova onda da inflação

Síntese: *Foram anos flertando com o descontrole, mas finalmente a inflação brasileira retomou o rumo de baixa. A mudança de governo e o rigor no combate à alta de preços desde então foram fundamentais para o sucesso da iniciativa, embora a recessão tenha sido fator relevante para a queda. O Brasil passa agora a perseguir patamares mais civilizados de inflação, com metas mais ambiciosas para a política monetária. Em contrapartida, abre-se a chance de que uma das maiores anomalias da nossa economia também desapareça do cenário: os juros altos. Estas duas conquistas exigem a contrapartida fiscal para que o ajuste do Estado brasileiro efetivamente aconteça.*

O Brasil está vivendo um novo ciclo de redução das taxas de inflação. Depois de anos flertando com o descontrole, fruto da leniência dos governos petistas em relação à alta generalizada dos preços, os índices estão mergulhando fundo no país. Desta vez, o ciclo configura-se duradouro, abrindo a possibilidade de a economia nacional passar a exibir condições mais equilibradas e próximas das de suas similares. Se, em paralelo, o ajuste fiscal prosperar, cria-se também a chance de pôr fim a outra de nossas anomalias econômicas: os juros altos.

Nas últimas décadas do século passado, o Brasil lutou muito para debelar um processo renitente de hiperinflação. Foram oito tentativas infrutíferas de estabilização, até que em 1994, nos governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, o Plano Real logrou derrubar a alta continuada dos preços no país. No ano anterior, o INPC, índice que mede o consumo das famílias com renda até cinco salários mínimos, atingira 2.477%. Em março de 1990, no início do governo Collor, alcançou-se o recorde mensal de 82%. Vale comparar: nestes 23 anos desde a estabilização, toda a inflação acumulada no país mal ultrapassou 463%, medidos pelo IPCA.

Brasileiros com menos de 30 anos de idade não têm noção do suplício que era viver num país em que os preços mudavam, literalmente, da noite para o dia. Todo dia! Por isso, a estabilidade da moeda continua sendo uma das conquistas mais relevantes alcançadas pela sociedade brasileira nas últimas décadas. Só o fim da inflação possibilitou o rearranjo do Estado e a reorganização das contas públicas, mesmo ainda bastante incompletos. Sem a estabilização, nenhuma política social seria possível, até porque os mais pobres são sempre os mais prejudicados pela alta geral dos preços.

O processo desinflacionário no país continuou em 1999 quando o Conselho Monetário Nacional (CMN) passou a adotar o regime de metas de inflação. O sistema já vigorava em economias desenvolvidas – hoje 47 países o adotam – mas coube a Armínio Fraga, na condição de então presidente do Banco Central, trazê-lo para o Brasil. Presta-se a alinhar as expectativas dos agentes econômicos, de outro modo dispersas em variadas previsões, numa única direção, o que contribui muitíssimo para o sucesso das políticas (monetária e fiscal) de estabilização.

Leniência

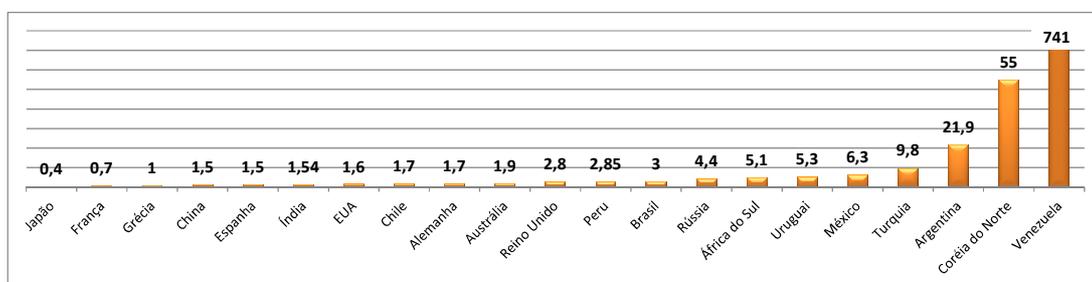
No entanto, o que até o início deste século parecia consolidado sofreu duro revés com a ascensão do PT ao poder. Os economistas do partido costumam pregar que inflação mais baixa é sempre igual a mais arrocho e sacrifícios

impostos à população. Assim, sobretudo durante a gestão de Dilma Rousseff, cruzaram os braços diante da alta generalizada dos preços para usá-la, segundo este esdrúxulo receituário, como alavanca do crescimento econômico. Deu no que deu.

O resultado da alquimia torta dos petistas, os brasileiros vêm sentindo na pele ao longo dos últimos três anos de crise. Os preços, em particular dos alimentos, dispararam em vários momentos – em 2015, o IPCA atingiu sua máxima em 13 anos, marcando 10,7% – e o consumo das famílias despencou. Tratada com leniência pelos petistas, a inflação foi gasolina na fogueira da recessão e do desemprego que hoje vitima quase 14 milhões de brasileiros.

A mudança de governo, a partir de maio de 2016, abriu espaço para que o descontrole fosse finalmente combatido e a inflação embicasse para baixo, possivelmente de forma duradoura. Desde então, o índice oficial, o IPCA, caiu de 9,3% para os atuais 3%, menor média desde abril de 2007. Desde a estabilização com o Plano Real, apenas na passagem de 2003 para 2004, quando o governo Lula assumiu o poder com uma receita ortodoxa na economia, a inflação não sofria golpe tão duro quanto rápido.

Inflação ao redor do mundo (em %, países selecionados)



Fonte: Trading Economics. Inflação acumulada nos últimos 12 meses

As quedas são generalizadas. Até junho, os preços de alimentos e bebidas acumulam alta de apenas 1,1% nos últimos 12 meses, ajudados pela safra recorde que a agricultura brasileira vem produzindo. Os serviços, que durante anos teimaram em não ceder, subiram 5,7% no mesmo período e os preços monitorados, ou seja, sujeitos a contratos públicos, aumentaram 3,3%, a menor variação desde o início de 2014.

Novas metas

Muitos sustentam que a inflação brasileira mergulhou com força apenas por causa do ímpeto devastador da recessão. Não deixam de ter parte da razão. Mas não se deve esquecer que até o início de 2016 nem a severa crise econômica, que já caminhava para completar seu segundo ano, fora capaz de domar os preços. Desde 2010, atingir a meta fixada anualmente pelo CMN tornara-se miragem. Ou seja, a política econômica em vigor logrou, sim, sucesso nesta seara. E simplesmente porque assumiu que alta de preços é doença a se combater e não mal menor com o qual conviver.

Passo importante na estratégia de controle de preços em marcha foi a definição, pelo CMN, de metas mais ousadas de inflação para os próximos anos. Pela decisão, tomada em fins de junho, a política monetária do país será orientada para alcançar IPCA de 4,25% em 2019 e de 4% em 2020. É a primeira mudança de objetivo em 14 anos. O Brasil aproxima-se, assim, dos padrões vigentes nas economias emergentes, cuja meta de inflação média é de 4%, e entabula o próximo passo: perseguir o patamar de 3% das economias vizinhas do continente. Nas economias desenvolvidas, a média é de 2,2%, de acordo com o Credit Suisse.

O refluxo atual da inflação também abre a possibilidade de o país passar a praticar taxas de juros mais compatíveis com economias minimamente organizadas. Desde outubro, a Selic vem sendo reduzida e hoje encontra-se em 9,25% ao ano, a mais baixa desde outubro de 2013. Este patamar coloca o país no terceiro lugar do ranking mundial de juros reais, atrás da Rússia e da Turquia. Com a previsão de novos cortes na taxa, prognóstico predominante no mercado, é possível que caiamos para patamar mais próximo de 3% reais ao ano, ainda alto, mas menos da metade do que vinha vigorando até poucos meses atrás.

A queda dos juros traz alívios a granel. Em primeiro lugar, desafoga consumidores endividados e desata investimentos no aumento da produção e da geração de empregos. Em segundo, alivia as contas públicas: com taxas menores, os gastos do governo com o pagamento de juros na rolagem de suas dívidas devem diminuir R\$ 100 bilhões neste ano em relação a 2015. Cada ponto percentual a menos na taxa básica representa queda de R\$ 22 bilhões no gasto anual com pagamento de juros.

O que não muda com a nova onda de baixa da inflação é a necessidade imperativa de o país fazer uma mudança verdadeira no padrão dos seus gastos públicos. Esta é a variável que, desde o Plano Real, ainda carece de ajuste. Com a farra dos últimos anos patrocinada pelo PT, as reformas estruturais que poderão ajudar a controlar as despesas tornaram-se ainda mais urgentes. Em cinco anos, o governo deve acumular rombo de pelo menos R\$ 570 bilhões, sem perspectiva de as contas voltarem ao azul antes de meados da próxima década, o que dá a medida do tamanho do desafio.

Pelas atuais circunstâncias, a queda da inflação brasileira tem tudo para ser prolongada. É uma conquista importante da política econômica posta em prática desde meados do ano passado, e precisa ser preservada. O sucesso reforça a necessidade de levar adiante a agenda de reformas que visam pôr fim à malograda experiência populista empreendida nos 13 anos de governo petista. Os preços controlados ajudam na queda dos juros e obrigam o ajuste da máquina pública. Se estes objetivos forem seriamente perseguidos, aí sim o país terá conseguido dar o salto adiante que há tanto tempo não consegue dar.



“Brasil Real - Cartas de Conjuntura ITV” é uma publicação mensal do Instituto Teotônio Vilela.